

PROCESSO - A. I. Nº 278858.0004/13-8
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - NASCENTE CHAPADA AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO LTDA. (NASCENTE AGROPECUÁRIA)
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 5ª JJF nº 0015-05/15
ORIGEM - INFAZ SEABRA
INTERNET - 29/06/2015

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0163-12/15

EMENTA: ICMS. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. O sujeito passivo junta notas fiscais de entrada, demonstrado que sementes, adubos e defensivos agrícolas, adquiridos durante os exercícios fiscalizados, foram escrituradas como se fossem destinados ao "uso e consumo", recebendo o código CFOP 2556, e não como insumos e matéria prima. Assim, o autuante, acertadamente, reconhece que o equívoco do autuado e exclui tais itens da exigência fiscal, contudo, mantém como uso e consumo as aquisições constantes da planilha, às fls. 695/697, acompanhado das respectivas Notas Fiscais, pois essas efetivamente são destinadas a uso e consumo. Reduzida a exigência fiscal. Infração parcialmente subsistente. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de um Recurso de Ofício contra Decisão proferida pela 5ª JJF – Junta de Julgamento Fiscal proferida em 22/01/2015 que julgou, por unanimidade, Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 16/12/2013, com o objetivo de exigir da oro recorrente crédito tributário, no valor histórico de R\$ 246.759,95 (duzentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta e nove reais e noventa de cinco centavos), em decorrência do cometimento de 03 (cinco) infrações, sendo objeto de Recurso de Ofício em razão da desoneração procedida pela JJF:

***Infração 01. RO** – Deixou de recolher o ICMS no(s) prazo(s) regulamentar (es) referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios. Valores lançados a débito no livro Registro de Apuração do ICMS (fls. 71 a 85 e 114 a 127) e não recolhidos. ICMS com valor de R\$241.520,78. Multa de 50% - Art. 42, I, "a";*

O autuado apresentou defesa administrativa face o Auto de Infração em epígrafe (fls.136/140) atacando o mérito das infrações.

O autuante apresentou informação fiscal face à defesa apresentada pelo contribuinte (fls. 693/694), refazendo o demonstrativo referente à infração 01, reduzindo-a para R\$ 10.552,45.

Após, fora realizada diligência à INFAZ de origem (fls. 757), para cientificar o sujeito passivo da informação fiscal e dos documentos apensados pelo autuante, oportunidade em que ficou-se inerte.

Por fim, a instrução foi concluída e os autos remetidos à apreciação pela 5ª JJF que entendeu por bem, julgar, por unanimidade, Procedente em Parte o Auto de Infração, o que fez nos seguintes termos em relação à Infração 1:

VOTO

O presente lançamento de ofício contempla 03 infrações, tanto por descumprimento de obrigação principal

como acessória, já devidamente relatadas.

Verifico, preliminarmente, que foi realizada diligência para cientificar o sujeito passivo da informação fiscal contendo ajustes efetuados na infração 01 e dos documentos apensados pelo autuante, relativos à infração 02. O sujeito passivo, apesar de reaberto prazo de defesa, não mais se manifestou.

Em relação à infração 01, ficou demonstrado que a maior parte da exigência fiscal se deve a valores lançados pelo autuado no livro Registro de Apuração do ICMS, como "imposto a recolher", em decorrência da "diferença de alíquotas", conforme cópia do livro de apuração de todos os meses dos exercícios financeiros fiscalizados, anexado aos autos pelo impugnante. Os valores, conforme afirma o autuado, se encontram transcritos na coluna "Valor Histórico" do PAF ora contestado.

O sujeito passivo junta notas fiscais de entrada, demonstrado que sementes, adubos e defensivos agrícolas, adquiridos durante os exercícios fiscalizados, foram escrituradas como se fossem destinados ao "uso e consumo", recebendo o código CFOP 2556, e não como insumos e matéria prima. Assim, o autuante, acertadamente, reconhece que o equívoco do autuado e exclui tais itens da exigência fiscal, contudo, mantém como uso e consumo as aquisições constantes da planilha, às fls. 695/697, acompanhado das respectivas Notas Fiscais, pois essas efetivamente são destinadas a uso e consumo.

Após tais ajustes, remanesce o valor histórico a pagar de R\$10.552,45, referente à diferença entre alíquotas (DIFAL) pela aquisição interestadual de mercadorias para uso e consumo e integração ao ativo imobilizado.

Diante do exposto, fica mantida parcialmente a infração 01. Apesar do autuante demonstrar nas fls. 695/697 o valor anteriormente citado, no entanto, a sua soma corresponde ao valor de R\$10.648,47, evidenciando erro material, no qual corrijo.

Em seguida, a Junta de Julgamento Fiscal recorreu de ofício da presente Decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea "a", do RPAF-BA/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

Após, os autos foram remetidos para o CONSEF para apreciação do Recurso.

VOTO

Trata-se de um Recurso de Ofício contra Decisão proferida pela 5ª JJF que julgou, por unanimidade, Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 16/12/2013.

O presente Recurso foi interposto de ofício em razão da desoneração realizada quanto à Infração 01, reduzindo-a de R\$ 241.520,78 para R\$10.648,47. A referida infração imputou ao recorrido a cobrança de ICMS em razão do não recolhimento do imposto relativo a valores lançados a débito no Registro de Apuração.

Da análise dos autos, entendo que a Decisão recorrida não merece reparos. Como bem asseverado pela JJF:

O sujeito passivo junta notas fiscais de entrada, demonstrado que sementes, adubos e defensivos agrícolas, adquiridos durante os exercícios fiscalizados, foram escrituradas como se fossem destinados ao "uso e consumo", recebendo o código CFOP 2556, e não como insumos e matéria prima. Assim, o autuante, acertadamente, reconhece que o equívoco do autuado e exclui tais itens da exigência fiscal, contudo, mantém como uso e consumo as aquisições constantes da planilha, às fls. 695/697, acompanhado das respectivas Notas Fiscais, pois essas efetivamente são destinadas a uso e consumo.

Assim, não restaram dúvidas de que a quase totalidade do lançamento relativo à Infração 01 se originou de uma escrituração equivocada do próprio sujeito passivo, que se incumbiu de provar no presente processo administrativo, com a juntada das respectivas notas fiscais, que os produtos adquiridos são insumos.

Desta feita, o próprio autuante acatou as alegações defensivas, exceto no que se refere às mercadorias constantes da planilha de fls. 695/697 que se referem, efetivamente, a bens de uso e consumo e/ou destinados ao ativo imobilizado, razão pela qual devido DIFAL.

O contribuinte fora intimado do resultado da informação fiscal e não se manifestou.

O relator da JJF, de forma acertada, constatou erro formal no somatório de valores da planilha

elaborada pelo autuante nas fls. 695/697 e procedeu ao ajuste, mantendo a subsistência parcial do lançamento e reduzindo-o para o valor de R\$10.648,47.

Não há o que se modificar da Decisão de piso, razão pela qual voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício interposto.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **278858.0004/13-8**, lavrado contra **NASCENTE CHAPADA AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO LTDA. (NASCENTE AGROPECUÁRIA)**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$12.431,62**, acrescido das multas de 50% sobre R\$10.552,45 e 60% sobre R\$1.879,17, previstas no art. 42, incisos I, “a” e II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$3.360,00**, prevista no inciso XVIII, “c”, do mesmo diploma legal citado, alterada pela Lei nº 8.534/02, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05, devendo ser analisada a possibilidade de instauração de procedimento fiscal complementar para verificar a diferença do imposto na infração 2.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de maio de 2015.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

DANIEL RIBEIRO SILVA – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS